IDENTIFICAÇÃO

Servidor(a): Marja Leao Braccini	**Matrícula SIAPE:** 2144790
Cargo: PEDAGOGO-AREA	**Lotação:** SG / SG-DEPEX
Nível pretendido: RSC-VI — RSC-PCCTAE-VI	

INTRODUÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de iniciar as atuações em si gostaria de explicar sobre parte da minha formação que entendo que as aprendizagens dessa etapa acabam impactando em toda minha atuação do câmpus que são os estudos e às pesquisas desenvolvidas no campo das assessorias pedagógicas/supervisão pedagógica, formação de professores e desenvolvimento profissional docente e das em instituições de educação técnica e superior. Iniciei esses estudos ainda no final da graduação, e se estendeu durante o mestrado e após o mestrado, por meio da participação no grupo de pesquisa “Formação de Professores, Ensino e Avaliação”, vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), devidamente registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e coordenado pela professora Maria Isabel da Cunha.

A participação nesse grupo (2009-2016) possibilitou o envolvimento em diferentes etapas do processo investigativo, desde a aproximação com os referenciais teóricos e a delimitação dos objetos de estudo até a coleta e sistematização de dados, análise dos resultados, elaboração de trabalhos e socialização do conhecimento produzido. A dinâmica de trabalho coletivo adotada pelo grupo favorecia a participação de seus integrantes em diferentes atividades, considerando suas experiências e níveis de formação, proporcionando uma compreensão abrangente dos processos de investigação científica.

Nesse contexto atuei também como bolsista de apoio técnico. Essa experiência ampliou minha autonomia na realização de atividades de pesquisa, possibilitando assumir responsabilidades como a condução de entrevistas, a organização e sistematização de dados, a preparação e formatação de trabalhos acadêmicos e a apresentação de produções científicas. Mais do que o desenvolvimento de habilidades operacionais, essa participação contribuiu para o amadurecimento de competências relacionadas à investigação, à análise crítica, à organização metodológica e à comunicação científica.

Destaco uma das primeiras produções científicas desse percurso que foi o trabalho intitulado A assessoria pedagógica universitária: uma contribuição para o exercício da docência, publicado nos anais do II Encuentro Nacional de Prácticas de Asesorías Pedagógicas Universitarias, realizado em Buenos Aires, Argentina, em 2010, pela Editora UBA.

Essa experiência foi particularmente importante para a construção da minha compreensão sobre o trabalho pedagógico nas instituições de educação técnica e superior no contexto de expansão da educação superior e criação dos Institutos Federais. A aproximação com essa temática permitiu reconhecer que a atuação dos profissionais da Pedagogia junto aos docentes não deve estar restrita à transmissão de orientações ou à prescrição de procedimentos didáticos, mas envolver a construção de espaços de diálogo, reflexão e colaboração, nos quais os conhecimentos pedagógicos possam ser articulados aos saberes específicos e às experiências dos professores e demais profissionais atuantes nos campi.

2 - ITEM VI - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: Autoria ou co-autoria de capítulo de livro, de artigo publicado em revista especializada, jornal científico ou periódico - PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL COMO TAE NO ENSINO

2.1 CAPÍTULO DE LIVRO

Entre os anos de 2012 e 2014, participei das atividades de pesquisa relacionadas ao projeto Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente em tempos de expansão da educação superior, vinculado ao grupo de pesquisa Formação de Professores, Ensino e Avaliação.

O projeto, coordenado pela professora Maria Isabel da Cunha e registrado na instituição e no CNPq, teve como objetivo analisar as condições e iniciativas de instituições de educação superior para enfrentar os

desafios decorrentes da expansão e democratização do acesso, considerando a necessidade de conciliar a ampliação das oportunidades educacionais com a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Nesse contexto, a pesquisa investigava as estratégias institucionais de desenvolvimento profissional, a constituição de núcleos de apoio pedagógico e a atuação das assessorias pedagógicas/supervisão pedagógica, com especial atenção aos professores em início de carreira.

O estudo foi desenvolvido no cenário de expansão e interiorização da educação superior pública, incluindo a criação de novas universidades, campi e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como as transformações decorrentes de políticas como o REUNI.

Minha participação nesse processo investigativo possibilitou aprofundar a compreensão sobre as políticas de expansão da educação superior, necessidade de ações constantes para permanência e êxito dos estudantes, as transformações nas instituições educacionais e as demandas que emergem para a organização do trabalho pedagógico. Também permitiu conhecer diferentes estratégias institucionais de formação e acompanhamento pedagógico, compreendendo que o desenvolvimento profissional exige ações planejadas, contextualizadas e articuladas às características de cada instituição.

Como desdobramento dessa pesquisa, participei da produção do capítulo de livro intitulado Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente em IES comunitárias gaúchas: trajetórias e desafios, publicado em 2014 na obra organizada por Maria Isabel da Cunha.
A produção apresenta reflexões sobre as estratégias institucionais de desenvolvimento profissional docente em instituições de educação superior comunitárias do Rio Grande do Sul, contribuindo para a discussão sobre as iniciativas de formação e acompanhamento pedagógico e sobre os desafios enfrentados pelas instituições na construção de condições favoráveis para a realização de um ensino público de qualidade.

A participação nessa produção científica representou uma oportunidade de sistematizar e socializar conhecimentos construídos coletivamente durante a pesquisa, articulando referenciais teóricos, análise das experiências institucionais e reflexão sobre os desafios da formação docente.

Referência da produção: ítem VI (10)
CITOLIN, Cristina Bohn; BRACCINI, Marja Leão et al. Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente em IES comunitárias gaúchas: trajetórias e desafios. In: CUNHA, Maria Isabel da (org.). Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente e as assessorias pedagógicas universitárias: memórias, experiências, desafios e possibilidades. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. p. 153-186.

2.2 Autoria ou co-autoria de capítulo de livro, de artigo publicado em revista especializada
Em 2015, participei como coautora do artigo científico Inserção profissional, políticas e práticas sobre a inserção à docência: avaliando a produção dos Congressos Internacionais sobre o Professorado Iniciante, publicado na revista Avaliação (UNICAMP), volume 20, páginas 73-85.

A produção teve como objetivo avaliar os trabalhos apresentados nos Congressos Internacionais sobre o Professorado Principiante e Inserção Profissional à Docência, identificando temas, enfoques e tendências que vinham caracterizando as discussões sobre a inserção profissional dos professores iniciantes.

A investigação utilizou a análise documental como fundamento metodológico, permitindo organizar e examinar a produção científica socializada nos eventos a partir de diferentes enfoques analíticos. O estudo contribuiu para a sistematização do conhecimento produzido sobre o tema, oferecendo elementos para compreender as principais preocupações, tendências e desafios relacionados ao início da carreira docente.

A participação nessa pesquisa ampliou minha compreensão sobre a importância de reconhecer as especificidades dos diferentes momentos da carreira docente, especialmente o ingresso na profissão, período marcado por desafios relacionados à à apropriação dos conhecimentos da docência e à adaptação às condições concretas de trabalho priorizando permanência e êxito dos estudantes.

O estudo também reforçou a importância de políticas e práticas institucionais de acolhimento, acompanhamento e formação pedagógica, compreendendo que a formação acadêmica inicial, embora fundamental, não esgota os conhecimentos necessários ao exercício profissional da docência.

Referência da produção:
CUNHA, Maria Isabel da; BRACCINI, Marja Leão; FELDKERCHER, Nadiane. Inserção profissional, políticas e práticas sobre a inserção à docência: avaliando a produção dos Congressos Internacionais sobre o Professorado Iniciante. Avaliação, v. 20, p. 73-85, 2015.

2.3 Saberes e competências desenvolvidos e sua aplicação na atuação profissional no IFSul

Ingressei no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense em agosto de 2014, trazendo uma trajetória acadêmica já marcada pelos estudos e pelas pesquisas sobre formação docente, assessorias pedagógicas e desenvolvimento profissional de professores.

Essa aproximação com o campo de investigação não se limitou às produções científicas apresentadas. Durante minha formação e também nos primeiros anos de atuação no IFSul, mantive os estudos sobre a proposta dos Institutos Federais, seus objetivos institucionais, o contexto de expansão da educação profissional e tecnológica e as especificidades do trabalho dos profissionais da Pedagogia nessas instituições.

O conhecimento previamente construído sobre a organização e as finalidades dos Institutos Federais, associado aos estudos sobre as atribuições, possibilidades e desafios da atuação do pedagogo, contribuiu para uma compreensão mais ampla do contexto institucional e das particularidades do trabalho desenvolvido nesse espaço educacional.

A relação entre essa trajetória de investigação e minha atuação profissional manifesta-se especialmente na compreensão do trabalho como TAE no ensino e que orienta meu trabalho até hoje. Essa compreensão assume particular relevância no contexto dos Institutos Federais, que reúne profissionais com diferentes percursos formativos, incluindo professores licenciados e docentes oriundos de áreas técnicas e tecnológicas, como Engenharia, Eletrônica, Eletricidade e Informática. Esses profissionais trazem conhecimentos especializados e experiências próprias de seus campos de atuação, que são elementos fundamentais no cotidiano do câmpus.

Nesse contexto, compreendo a pedagoga/a como uma profissional que precisa exercer a prática de diálogo e colaboração. O trabalho pedagógico exige reconhecer e valorizar os saberes dos envolvidos no desenvolvimento das atividades de ensino, estabelecendo relações de troca entre os conhecimentos específicos de suas áreas, os saberes construídos na experiência e os conhecimentos pedagógicos.

Outro princípio incorporado à minha prática profissional refere-se à valorização da pesquisa como possibilidade de reflexão sobre o ensino. A experiência como pesquisadora contribuiu para compreender a importância de estimular uma postura investigativa diante dos processos de ensino e aprendizagem, favorecendo a autonomia, a capacidade de análise e síntese, a tomada de decisões fundamentadas e a construção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido os processos de ensino não são compreendidos como simples transmissão de métodos ou técnicas de ensino, mas como um processo contínuo de reflexão, problematização e construção de conhecimentos.

A experiência acumulada nas pesquisas também contribuiu para o desenvolvimento de competências relacionadas ao rigor acadêmico, à análise crítica, à organização e sistematização de informações, à argumentação e à comunicação de ideias. Esses conhecimentos constituem fundamentos importantes para a atuação pedagógica, especialmente quando se trata de analisar situações educacionais complexas, fundamentar orientações, organizar processos de formação e participar de decisões coletivas.

2.4. Reflexão sobre os saberes e competências desenvolvidos

A trajetória de produção científica apresentada evidencia a construção progressiva de saberes que articulam conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos no campo da educação. A participação em pesquisas, a elaboração de publicações e o envolvimento em discussões acadêmicas proporcionaram o desenvolvimento de competências que ultrapassam a realização de atividades pontuais, constituindo uma base de conhecimentos mobilizada ao longo da atuação profissional.

Destaco, especialmente, a capacidade de investigar e analisar problemas educacionais, sistematizar

conhecimentos, interpretar diferentes contextos institucionais e estabelecer relações entre referenciais teóricos e situações concretas do trabalho pedagógico.

Outro saber fundamental construído nesse percurso diz respeito à compreensão do ensino como ação complexa, que envolve conhecimentos específicos das áreas de atuação, saberes pedagógicos, experiências profissionais e processos permanentes de reflexão e aprendizagem. Essa compreensão contribuiu para consolidar uma postura profissional pautada no reconhecimento dos professores como sujeitos produtores de conhecimento e participantes ativos dos seus processos de formação.

A experiência acadêmica também fortaleceu minha compreensão sobre a importância da autonomia docente, do trabalho coletivo, da argumentação fundamentada e da construção compartilhada de soluções para os desafios educacionais. Esses princípios orientam minha atuação como pedagoga e se expressam na forma como compreendo o acompanhamento pedagógico e a atuação como TAE na participação nos processos institucionais.

Considero que a principal contribuição dessa trajetória reside na articulação entre a produção científica e a prática profissional, permitindo que conhecimentos construídos no campo da pesquisa sejam mobilizados na compreensão e no enfrentamento dos desafios cotidianos da educação profissional e tecnológica.

Dessa forma, a produção científica não representa apenas um conjunto de publicações acadêmicas, mas evidencia um percurso de formação intelectual e profissional que contribuiu para a construção de uma concepção fundamentada de trabalho pedagógico, comprometida com a valorização dos saberes de todos os profissionais do ensino, a autonomia profissional, a reflexão crítica e o desenvolvimento coletivo do conhecimento.

Essa articulação entre investigação científica, formação acadêmica e atuação institucional constitui uma dimensão importante da minha trajetória profissional, demonstrando a capacidade de mobilizar conhecimentos especializados e estabelecer conexões entre a produção do conhecimento educacional e as necessidades concretas de uma instituição pública de educação.

---

3. Participação na organização, execução e avaliação de concursos públicos para ingresso de docentes – 2015 e 2016

Nos anos de 2015 e 2016, participei de bancas e etapas de concursos públicos para ingresso de docentes no IFSul. Os certames eram compostos por prova escrita, prova de desempenho didático — na qual os candidatos ministravam uma aula — e análise de títulos, conforme as regras estabelecidas nos respectivos editais e normativas institucionais.

Nas provas de desempenho didático, minha atuação ocorria como integrante de uma banca composta por dois professores da área específica do concurso e dois profissionais da área pedagógica. Cabia-me receber o candidato, realizar sua identificação, apresentar as orientações e os procedimentos previstos, acompanhar a realização da aula e participar da avaliação do desempenho didático, mediante o preenchimento dos instrumentos institucionais. A avaliação considerava aspectos como planejamento e organização da aula, domínio dos conteúdos e dos procedimentos metodológicos, clareza da exposição, relação entre objetivos e conteúdos e condução do processo de ensino.

Além da avaliação da prova didática, participei da análise da documentação e da pontuação final dos candidatos, observando os critérios e documentos previstos nos editais. A atuação exigia atenção às normas, uniformidade na aplicação dos critérios e responsabilidade na análise dos registros que compunham a classificação dos concorrentes.

Em outro concurso, designado pela Portaria nº 2943/2015, participei da análise da qualidade pedagógica dos instrumentos de prova antes da realização do certame. Enquanto os professores das áreas elaboravam as questões técnicas, minha contribuição consistia em revisar a clareza da redação, a compreensão dos enunciados e sua adequação às orientações e normas institucionais para elaboração das questões.

A participação nas comissões e bancas exigiu conhecimentos relativos à avaliação da docência, à organização do trabalho pedagógico, à análise de documentos e à aplicação de critérios públicos de seleção.

Também demandou capacidade de julgamento técnico, atenção, imparcialidade, responsabilidade e atuação interdisciplinar, articulando a análise pedagógica à avaliação dos conhecimentos específicos das áreas.

Essa experiência contribuiu para os processos institucionais de seleção de docentes, colaborando para que as diferentes etapas dos concursos fossem conduzidas com observância dos critérios previstos, consistência dos instrumentos avaliativos e atenção à dimensão pedagógica do exercício da docência.

Portarias relacionadas às atividades de aplicação e avaliação de provas de desempenho didático: nº 383/2015, nº 1633/2015, nº 2063/2015, nº 2459/2015, nº 2772/2015, nº 1468/2016, nº 1963/2016 e nº 2831/2016. Para a análise pedagógica de instrumento de prova, Portaria nº 2943/2015.

---

4. Participação na aplicação de processos seletivos para ingresso de estudantes – Vestibulares – 2015

Em 2015, participei da aplicação de provas escritas dos processos seletivos para ingresso de estudantes no IFSul, referentes aos Editais nº 192/2015 e nº 193/2015, conforme Portarias nº 3200/2015 e nº 3201/2015. Minha atuação consistiu em orientar os candidatos quanto às regras e aos procedimentos do processo seletivo, apresentar as instruções necessárias à realização da prova, acompanhar a aplicação em sala e zelar pelo cumprimento das orientações institucionais. A atividade exigia atenção aos procedimentos, clareza na comunicação e cuidado para que todos os participantes recebessem as mesmas informações e condições de realização da avaliação.

Embora se tratasse de uma atividade operacional delimitada ao período de aplicação, sua execução envolvia responsabilidade institucional, pois a observância dos procedimentos contribuía para a organização, a transparência e a isonomia do processo de seleção de estudantes para a instituição.

---

5. Coordenação e participação na organização do Painel Olhares sobre a Educação – 2014 a 2019

O Painel Olhares sobre a Educação foi uma ação de extensão desenvolvida no Câmpus Sapiranga desde o primeiro ano de funcionamento da unidade, em diálogo com redes e profissionais da educação da região do Vale do Rio dos Sinos. A iniciativa tinha como propósito criar um espaço de reflexão e debate sobre desafios compartilhados da educação, envolvendo servidores do câmpus e profissionais de instituições de ensino da comunidade externa.

Realizado anualmente entre 2014 e 2019, o evento teve seis edições, com temas relacionados a questões relevantes para a educação em cada período. Entre os assuntos abordados estiveram os desafios e horizontes do Plano Nacional de Educação; a legislação e a inclusão das pessoas com deficiência nas instituições educacionais; o ensino com pesquisa nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio integrado; a diversidade de gênero nas escolas; e a presença feminina nas instituições científicas e educacionais.

Participei inicialmente como integrante da comissão organizadora e, posteriormente, assumi a coordenação dos trabalhos, conforme designações formalizadas, entre outras, pelas Portarias nº 2628/2016 e nº 827/2019. A organização do evento envolvia um processo amplo, que começava com a definição da proposta e do tema, passava pela organização da comissão, distribuição de responsabilidades, contato e convite a palestrantes, divulgação e preparação dos espaços, e prosseguia durante a realização das atividades e a elaboração dos registros e relatórios.

O planejamento também exigia articulação com diferentes setores do câmpus e com instituições e profissionais externos, além da organização de materiais, estrutura física, acolhimento dos participantes e demais providências necessárias à realização do encontro. A proposta previa a participação de aproximadamente cem pessoas, o que demandava atenção à logística e à organização de um evento aberto à comunidade.

A experiência envolveu competências de planejamento, coordenação de equipes, organização de eventos institucionais, comunicação, articulação interinstitucional e gestão de processos de extensão. Também exigiu capacidade de selecionar temas de interesse público, mobilizar diferentes segmentos e construir espaços de diálogo entre o Instituto e os profissionais da educação da região.

A contribuição do Painel esteve na consolidação de uma atividade de extensão com continuidade ao longo de seis anos, fortalecendo a relação do câmpus com a comunidade e abrindo espaço para reflexão coletiva. A iniciativa ampliou a presença do IFSul em espaços de diálogo com as redes de ensino e contribuiu para aproximar a instituição dos desafios vivenciados pelos profissionais da educação.

---

6. Participação e coordenação da Comissão Própria de Avaliação – Comissão Local do Câmpus Sapiranga – 2015

Em 2015, fui designada para integrar a Comissão Própria de Avaliação (CPA), na representação local do Câmpus Sapiranga, conforme Portaria nº 1437/2015. A CPA integra o processo de avaliação institucional, reunindo informações e percepções dos diferentes segmentos da comunidade — estudantes, docentes e TAEs — sobre as condições de funcionamento e a qualidade das atividades institucionais.

Como integrante da comissão local, participei da divulgação e da aplicação dos questionários eletrônicos junto à comunidade do câmpus. Essa etapa envolvia visitas às salas de aula, apresentação da avaliação aos estudantes, esclarecimento de dúvidas e incentivo à participação. Em algumas situações, eram organizados momentos específicos para que as turmas pudessem responder aos instrumentos, buscando ampliar a participação dos estudantes no processo.

Posteriormente, assumi a coordenação local da CPA, passando a organizar e acompanhar as ações necessárias à realização da avaliação no câmpus e a representar a unidade na Comissão Central. Essa representação envolvia participação em reuniões, inclusive presenciais, e colaboração nos processos de elaboração e revisão dos instrumentos de avaliação, que eram revistos a cada ano.

A atuação exigia muito mais do que coleta de respostas, pois envolve mobilização da comunidade, organização de procedimentos, participação dos diferentes segmentos e produção de informações que possam subsidiar a reflexão sobre a instituição. Também demandava capacidade de comunicação, planejamento, articulação entre câmpus e Reitoria e compreensão dos instrumentos de avaliação.

A contribuição dessa experiência esteve na mobilização da comunidade acadêmica para participar da avaliação institucional e na representação do câmpus nos espaços de articulação com a Reitoria. O trabalho colaborou para a obtenção de informações sobre diferentes dimensões da vida institucional e para o fortalecimento de uma cultura de participação e avaliação.

---

7. Coordenação da Comissão para Elaboração dos Princípios de Convivência do Câmpus Sapiranga – 2018

Em 2018, fui designada coordenadora da Comissão para Elaboração dos Princípios de Convivência do Câmpus Sapiranga, por meio da Portaria nº 1132/2018. A comissão, constituída por servidores docentes e TAEs, desenvolveu um trabalho que se estendeu por aproximadamente dois anos, envolvendo estudo, discussão, elaboração coletiva de um documento institucional e ações de sensibilização junto à comunidade acadêmica.

A proposta tinha como objetivo construir princípios orientadores da convivência no espaço escolar, compreendendo que a formação dos estudantes não se limita ao cumprimento de normas. A intenção não era elaborar uma lista de proibições ou regras de comportamento, mas estabelecer referências construídas coletivamente, capazes de orientar as relações entre as pessoas e o cuidado com os espaços e bens públicos.

Nesse sentido, foram discutidos e formulados princípios relacionados ao respeito mútuo, ao zelo pelo patrimônio público, ao cuidado com o ambiente escolar e à responsabilidade de cada integrante da comunidade na construção de um espaço coletivo de aprendizagem e convivência. Essa perspectiva exigiu um trabalho de reflexão sobre os valores que deveriam orientar as relações institucionais, considerando a participação e o compromisso de estudantes e servidores.

Como coordenadora, participei da condução dos trabalhos da comissão, da organização das discussões e da articulação das etapas necessárias à construção do documento. O processo envolveu o estudo e a elaboração dos princípios, bem como a participação da comunidade acadêmica, de modo que a proposta não fosse apenas um conjunto de orientações definido por um grupo restrito, mas resultado de um processo de construção e reflexão coletiva.

Após a elaboração do documento, os princípios foram apresentados e aprovados pela própria comunidade interna do câmpus, consolidando-se como uma construção coletiva. Na sequência, a comissão realizou atividades diretamente com as turmas, promovendo momentos de diálogo e reflexão sobre os princípios estabelecidos e sua aplicação nas situações cotidianas da vida escolar. O trabalho também foi desenvolvido com o conjunto dos servidores do câmpus, por meio de ações de conscientização e sensibilização sobre a importância desses princípios para a construção de um ambiente institucional respeitoso, responsável e acolhedor.

A experiência exigiu conhecimentos relacionados à elaboração de documentos orientadores, à mediação de discussões coletivas, à organização de processos participativos e à compreensão da convivência escolar como uma dimensão da formação humana e institucional. Também possibilitou desenvolver competências de coordenação, articulação entre diferentes segmentos, planejamento, comunicação e condução de ações educativas voltadas à comunidade como um todo.

Considero que a principal contribuição desse trabalho foi promover uma reflexão institucional compartilhada sobre a responsabilidade coletiva na construção do ambiente escolar. Ao envolver estudantes, professores e TAEs, a comissão buscou fortalecer a compreensão de que a convivência não se estabelece apenas por meio de regras e sanções, mas também pela construção de valores, pelo reconhecimento do outro e pelo compromisso com o espaço público.

A atuação nessa comissão representou, portanto, uma experiência de coordenação e desenvolvimento institucional que ultrapassou as atribuições ordinárias do cargo, envolvendo a construção de uma referência coletiva para a convivência no câmpus e a mobilização de diferentes segmentos da comunidade em torno de princípios comuns.

Documento comprobatório: Portaria nº 1132/2018 – Designação para coordenação da Comissão para Elaboração dos Princípios de Convivência do Câmpus Sapiranga.

---

8. Fiscalização técnica de contrato de prestação de serviços de apoio aos estudantes acompanhados pelo NAPNE

Em março de 2025, fui designada Fiscal Técnica titular do Contrato nº 11/2022, celebrado entre o IFSul e a empresa WS Serviços Terceirizados Ltda., conforme Portaria nº 523, de 11 de março de 2025. O contrato contemplava a prestação de serviços relacionados ao atendimento e acompanhamento de estudantes com necessidades específicas, incluindo a atuação de psicopedagogas e profissionais de apoio/cuidadores, que acompanhavam os estudantes em suas atividades escolares, inclusive em sala de aula.

A fiscalização desse contrato exigia acompanhamento permanente da execução dos serviços, considerando o cumprimento das obrigações contratuais, a adequação do trabalho desenvolvido às necessidades dos estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Entre minhas atribuições estavam acompanhar e orientar o trabalho das profissionais, verificar a realização das atividades, avaliar sua adequação às demandas dos estudantes e realizar os ajustes necessários ao longo da execução contratual. Essa atuação exigia diálogo constante com as profissionais e atenção às situações cotidianas do contexto escolar, de modo a assegurar que os serviços contratados correspondessem às necessidades do câmpus e contribuíssem efetivamente para o acompanhamento dos estudantes.

Além do acompanhamento técnico, era minha responsabilidade realizar mensalmente a conferência da documentação comprobatória da execução dos serviços, incluindo registros de frequência e relatórios das atividades desenvolvidas. Após essa verificação, organizava e encaminhava a documentação à Reitoria para comprovação da prestação dos serviços e pagamentos.

A atividade exigia conhecimentos relacionados à fiscalização de contratos administrativos, análise documental, acompanhamento de serviços terceirizados e utilização dos sistemas institucionais para registro e tramitação de processos. Também demandava capacidade de observação, avaliação, comunicação, orientação e resolução de situações que surgiam durante a execução dos serviços. Tudo isso articulando

sempre com os normativos do IFSUL e legislação que orientam sobre a educação para pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas.

A particularidade dessa fiscalização estava na necessidade de articular os aspectos administrativos e contratuais com as demandas pedagógicas e de inclusão presentes no cotidiano do câmpus. Era necessário compreender as necessidades dos estudantes, acompanhar a atuação das profissionais e identificar, em diálogo com os envolvidos, os ajustes necessários para a adequada prestação dos serviços.

Essa experiência ampliou minha atuação para além das atribuições pedagógicas ordinárias, envolvendo responsabilidades de gestão e fiscalização administrativa, acompanhamento técnico de serviços contratados e articulação institucional. Sua contribuição estava diretamente relacionada à qualidade dos serviços de apoio oferecidos aos estudantes e ao funcionamento das ações institucionais voltadas à inclusão e à garantia de condições de participação e aprendizagem.

Documentos comprobatórios: Portaria nº 523, de 11 de março de 2025 – Designação da equipe de gestão e fiscalização do Contrato nº 11/2022; Orientações para a Fiscalização Técnica – Coordenadoria de Gestão de Contratos do IFSul.

---

9. Exercício de função de gestão – Coordenação de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE) – 2025 a 2026

No período de 4 de julho de 2025 a 1º de março de 2026, exerci a função de Coordenadora de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE) do IFSul – Câmpus Sapiranga, com percepção de Função Gratificada FG-02, conforme declaração de cargos e funções emitida pelos sistemas estruturantes de gestão de pessoas do Governo Federal.

De acordo com o Regimento Interno do câmpus, a COEFE é responsável por proporcionar as condições necessárias ao funcionamento do ensino, incluindo a gestão dos espaços institucionais, abrangendo as Atividades de Biblioteca e as Atividades de Apoio ao Ensino. Trata-se, portanto, de uma coordenadoria cuja atuação está diretamente relacionada à organização das condições materiais, estruturais e operacionais necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Durante o exercício da função, fui responsável pela coordenação de duas equipes, totalizando seis servidores: três vinculados às Atividades de Biblioteca e três às Atividades de Apoio ao Ensino. Essa responsabilidade compreendia o acompanhamento do trabalho desenvolvido nos setores, a organização das atividades, a distribuição de tarefas e o acompanhamento de aspectos da vida funcional dos servidores, incluindo programação e aprovação de férias, justificativas de frequência e demais demandas administrativas relacionadas às equipes.

O exercício da coordenação envolvia autonomia para conduzir a organização cotidiana dos setores, solucionar demandas e realizar os encaminhamentos necessários ao seu funcionamento. Essa autonomia era exercida em articulação com a equipe gestora do câmpus, observando as diretrizes institucionais e as decisões coletivas relativas, por exemplo, aos horários de funcionamento dos setores e aos períodos de férias dos servidores. Dessa forma, a gestão exigia conciliar as necessidades individuais e das equipes com as condições de funcionamento e as prioridades da instituição.

No âmbito das Atividades de Biblioteca, cabia-me acompanhar a organização e o funcionamento do setor, considerando suas atribuições regimentais relacionadas ao acesso à informação, à administração dos procedimentos da biblioteca, à conservação do acervo e às condições de atendimento à comunidade acadêmica. Minha atuação se concentrava na coordenação da equipe e no acompanhamento das condições necessárias à prestação dos serviços, respeitando as atribuições específicas dos profissionais do setor.

Nas Atividades de Apoio ao Ensino, a coordenação abrangia a organização dos serviços destinados a assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das aulas e demais atividades do câmpus. Entre as demandas acompanhadas estavam a organização, o controle e a disponibilização de materiais utilizados pelos docentes, o gerenciamento das chaves dos espaços escolares e o atendimento às necessidades cotidianas relacionadas ao uso dos ambientes e equipamentos.

Também integrava esse conjunto de responsabilidades a organização e a distribuição dos livros didáticos recebidos por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), atividade que

exigia planejamento, controle dos materiais e articulação com os servidores envolvidos, de modo a viabilizar o acesso dos estudantes aos livros destinados às atividades escolares.

Outra dimensão importante do trabalho estava relacionada ao acompanhamento das situações de convivência e disciplina envolvendo estudantes. As equipes de Apoio ao Ensino atuavam diretamente no atendimento dessas ocorrências, sendo necessário acompanhar, orientar e coordenar os encaminhamentos realizados. Em determinadas situações, eu própria realizava o atendimento aos estudantes; em outras, acompanhava e orientava a atuação das servidoras responsáveis, buscando assegurar encaminhamentos adequados às situações apresentadas e às orientações institucionais.

A experiência exigiu o desenvolvimento e a mobilização de competências relacionadas à gestão de pessoas, organização de processos de trabalho, planejamento de serviços, acompanhamento funcional de servidores, mediação de situações cotidianas, comunicação institucional e tomada de decisões. Também demandou a capacidade de articular diferentes setores e necessidades, compreendendo que o funcionamento das atividades de ensino depende de uma estrutura de apoio organizada, integrada e responsiva.

Considero que a principal contribuição dessa experiência esteve na articulação entre a gestão das equipes e a organização das condições necessárias ao funcionamento cotidiano do câmpus. A coordenação da Biblioteca e do Apoio ao Ensino exigiu uma visão ampliada da instituição, envolvendo responsabilidades administrativas, operacionais e de gestão de pessoas que ultrapassam as atribuições ordinárias do cargo de Pedagoga.

O exercício da FG-02 possibilitou, assim, ampliar meus conhecimentos sobre gestão pública e organização institucional, espec ialmente no que se refere à responsabilidade pela continuidade dos serviços, ao acompanhamento de equipes e à administração dos recursos e espaços que dão suporte às atividades acadêmicas. Essa atuação contribuiu para a organização dos serviços de apoio e para a manutenção das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino no Câmpus Sapiranga.
Documentos comprobatórios: Declaração de Cargos e Funções Comissionados – exercício da FG-02 no período de 04/07/2025 a 01/03/2026; Regimento Interno do Câmpus Sapiranga – artigos 24 a 27, referentes às atribuições da Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES POR REQUISITO LEGAL

I - Comissões e Representações

I - Participação em grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, representações ou similares, formalmente instituídos ou reconhecidos pelo órgão ou pela entidade

2. Coordenação ou presidência de núcleos, representações, grupos de trabalho ou similares, comissões ou comitês previstos no âmbito da administração pública, regularmente instituídos

- Portaria coordenação - princípios 2018
- Portaria de coordenação - IV Painel 2018
- Portaria de coordenação - III Painel 2016
- Portaria - coordenação CPA local 2015

3. Participação como membro de núcleos, representações, grupos de trabalho ou similares, comissões ou comitês previstos no âmbito da administração pública, regularmente instituídos

- Membro da CPA Local - Portaria 3252 2014

5. Atuação em atividades de organização, execução de exame de seleção, vestibular ou concursos

- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 2831 2016
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 2772 2015
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 2459 2015
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 2063 2015
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 1963 2016
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 1633 2015
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 1468 2016
- Atuação em concurso - aplicação da prova de desempenho: Portaria 383 2015
- Atuação em vestibular - Edital: 193/2015 - Portaria 3201/2015
- Atuação em vestibular - Edital: 192/2015 - Portaria 3200/2015

I - Participação em grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, representações ou similares, formalmente instituídos ou reconhecidos pelo órgão ou pela entidade

6. Atuação em atividades de elaboração, revisão e/ou correção de provas de exame de seleção, vestibular ou concursos

- Atuação em avaliação de prova de desempenho - concurso Portaria 2943 2015

IV - Responsabilidades Técnico-Administrativas

IV - Designação para assunção de responsabilidades técnico-administrativas ou especializadas

3. Exercício de atividades de gestão ou fiscalização de contratos de aquisição, serviços, convênios e acordos ou instrumentos correlatos

- Fiscal técnica de contrato de prestação de serviço Portaria 523 2025

V - Funções de Direção/Assessoramento

V - Exercício de função ou cargo de direção ou de assessoramento institucional

5. Exercício de função gratificada (FG-01 e 02) ou equivalente

- Exercício de função gratificada FG 02 - Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino

VI - Produção de Conhecimento

VI - Produção, prospecção e difusão de conhecimento científico ou técnico

10. Autoria ou co-autoria de capítulo de livro, de artigo publicado em revista especializada, jornal científico ou periódico

- - CO-AUTORIA DE CAPÍTULO DE LIVRO: CITOLIN, Cristina Bohn; BRACCINI, Marja Leão et al. Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente em IES comunitárias gaúchas: trajetórias e desafios. In: CUNHA, Maria Isabel da (org.). Estratégias institucionais para o desenvolvimento profissional docente e as assessorias pedagógicas universitárias: memórias, experiências, desafios e possibilidades. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. p. 153-186
- - ARTIGO DE REVISTA: CUNHA, MARIA ISABEL DA; BRACCINI, M. L. ; FELDKERCHER, N. . Inserção profissional, políticas e práticas sobre a inserção à docência: avaliando a produção dos Congressos Internacionais sobre o Professorado Iniciante. Avaliação (UNICAMP), v. 20, p. 73-85, 2015.

CONCLUSÃO DO SERVIDOR

Ao revisitar minha trajetória profissional no IFSUL percebo uma ampliação progressiva de conhecimentos, experiências e responsabilidades. Ao longo desses anos, minha atuação foi se constituindo em diferentes espaços e dimensões da vida institucional, envolvendo a pesquisa, a produção científica, a participação e coordenação de comissões, a organização de processos institucionais, a gestão de equipes, a fiscalização de contratos e o acompanhamento das atividades relacionadas ao ensino e à formação humana. Sendo que várias outras atividades ficaram de fora desse documento pois com essas já inclui os itens necessários.

Creio que acabei me envolvendo em diferentes atividades, para além da minha escolha pessoal, pois estou inserida em um câmpus novo. Iniciei minhas atividades no segundo dia do recebimento da sede própria. Ter iniciado minha vida profissional no serviço público federal em um campus novo, que precisava de toda estrutura física, de pessoal e de regulamentações acabei criando uma vinculação a mais nesse espaço. Tudo isso exigiu e exige muito trabalho, mas também muitos aprendizados.

Essas diferentes atividades possuem um elemento comum: a compreensão de que uma instituição de educação pública se constrói cotidianamente, por meio do trabalho coletivo, da articulação entre diferentes profissionais e setores e da responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento institucional. Minha trajetória permitiu compreender que o trabalho educativo não acontece exclusivamente na sala de aula ou nas atividades diretamente relacionadas ao ensino. Ele também se materializa nos processos de gestão, na organização dos serviços, na avaliação institucional, na construção de espaços de participação, na garantia de condições de inclusão e na elaboração coletiva de referências que orientam a convivência e o funcionamento da instituição.

A formação acadêmica e a participação em grupos de pesquisa tiveram papel importante na construção dessa compreensão que percebo ter refletido nas demais atuações também. O contato com a investigação científica fortaleceu minha capacidade de análise, reflexão, sistematização e produção de conhecimentos, contribuindo para uma postura profissional fundamentada no questionamento, no diálogo e na construção

coletiva de soluções. Da mesma forma, as experiências em comissões e projetos institucionais possibilitaram ampliar minha compreensão sobre o funcionamento do Instituto, suas relações com a comunidade e os desafios envolvidos na consolidação de uma instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica.

O exercício de diferentes responsabilidades, especialmente nas atividades de coordenação e gestão, também ampliou minha compreensão sobre a complexidade do trabalho institucional. A participação em processos seletivos, a coordenação de iniciativas de extensão, a atuação na avaliação institucional, a construção de princípios de convivência e a gestão de equipes e serviços exigiram conhecimentos que ultrapassam os limites de uma área específica de formação.

Essas experiências demandaram capacidade de planejamento, articulação, comunicação, tomada de decisões, mediação de situações e compreensão das necessidades coletivas, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão mais abrangente da instituição. A experiência profissional no IFSUL, instituição que articula diferentes níveis e modalidades de ensino e reúne profissionais de diversas áreas do conhecimento, fortaleceu minha convicção de que o desenvolvimento institucional depende da valorização do trabalho coletivo, do diálogo entre saberes e da construção de práticas democráticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Assim, compreendo que os conhecimentos e as competências desenvolvidos ao longo dessa trajetória não se restringem às atividades específicas que desempenhei em cada função ou comissão. Eles constituem um repertório profissional construído na relação entre formação, pesquisa, experiência e participação institucional, que me permite compreender problemas em diferentes dimensões, estabelecer relações entre processos, contribuir para decisões coletivas e participar de iniciativas voltadas à qualificação do trabalho desenvolvido pelo Instituto.

É nessa perspectiva que compreendo minha trajetória: um conjunto de funções e atividades em um processo contínuo de formação, participação e construção de conhecimentos, cuja contribuição permanece em desenvolvimento e se renova a cada nova experiência profissional.

_____

Permaneço à disposição

À vista das informações apresentadas, totalizo 93,00 pontos e atendo aos critérios legais e regulamentares para o nível RSC-VI do RSC-PCCTAE. Solicito a análise pela CRSC-PCCTAE.

SÃO LEOPOLDO – RS, 12 de Novembro de 2026.

Marja Leao Braccini

Matrícula SIAPE: 2144790

Assinatura eletrônica (SHA-256): f995f298c8500e1eaf62a1283bdb739223811f01ec072d116e6940c33678ee9a